



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

RELATÓRIO FINAL

INSPEÇÃO CORREICIONAL NA 1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

Comarca	Marabá
Unidade inspecionada	1ª Vara Criminal da Comarca de Marabá
Competência	<p>Competência para processar e julgar feitos penais em geral, inclusive Tribunal do Júri, exceto crimes de trânsito - Resolução 28/2022. A Vara não tem competência nenhuma para Execução Penal.</p> <p>Observação da Corregedoria: Inclusive júris de feminicídio.</p> <p>Todas as audiências de custódia decorrentes de mandados de prisão são realizadas pela Vara em decorrência de uma analogia ao provimento da CGJ que se aplica a primeira Vara. Também cumprem cartas precatórias, que são distribuídas por competências dos crimes comuns e exclusiva para os crimes do tribunal do Júri.</p>
Data da Inspeção/Edital	11/09/2023 / Edital 009/2023- CGJ
Responsável pelo preenchimento do questionário na Unidade	<p>Rafael Alves de Matos, Diretor de Secretaria desde 01/07/2015. Portaria nº 2777/2015-GP.</p> <p>Renata Guerreiro Milhomem de Souza, Juíza de Direito da Vara desde</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

09/02/2017.



1. INFORMAÇÕES GERAIS (Dados funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Anotação da Unidade: RENATA GUERREIRO MILHOMEM DE SOUZA, Titular da Unidade desde 09/02/2017, Portaria 2017 SJ – 17.

1.2. Afastamentos do(a) magistrado(a) nos últimos 03 (três) meses:

- a) Férias: não houve
- b) Folgas compensatórias: não houve
- c) Licenças: 18 a 23 de junho de 2023 - PORTARIA Nº 2480/2023-GP. Belém, 13 de junho de 2023.

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão em que houve atuação do(a)



magistrado(a)?

Anotação da Unidade: 04, 05 e 06 de agosto de 2023.

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Anotação da Unidade: Zero.

Observação da Corregedoria: O Diretor de Secretaria da CGJ, servidor Samuel Guimarães Ferreira, expediu certidão nos seguintes termos: "**Informo**, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "**Marabá – 1ª Vara Criminal - TJPa**" **não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares tramitando; informo por derradeiro**, que nada em tramitação foi localizado contra a magistrada titular da Vara, Dra. Renata Guerreiro Milhomem de Souza (assumiu em 09/02/2017)."

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

Anotação da Unidade: Dia 01.09.2023

2. CORPO FUNCIONAL:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/ estagiário/terceirizado)
-------------	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

KARLA PEREIRA JADEJISCKI	CEDIDO DA PREFEITURA
JONAS CARNEIRO ALEXANDRE MACIEL (afastado nos últimos 03 meses)	EFETIVO
LAUDICEIA BATISTA MATOS	EFETIVO
RAFAEL ALVES DE MATOS	EFETIVO
GABRIEL NOGUEIRA CARDOSO	ESTAGIÁRIO
RENEIDE NASCIMENTO SOUZA ROCHA	ESTAGIÁRIA

Observação da Corregedoria: o servidor Jonas Carneiro Alexandre Maciel foi nomeado Oficial de Justiça ad hoc. Retornou à Vara no dia 31/08/2023. Ressalte-se que embora a Unidade esteja com nova competência por força da resolução, não teve a redefinição da lotação paradigmática, devendo ser solicitado essa alteração à SGP.

2.1.2. Gabinete:

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/ estagiário/terceirizado)
VANIA LUCIA DA SILVA NASCIMENTO	EFETIVO
PATRICIA FLORES LEAO FERREIRA ALVES (afastada nos últimos 06 meses)	EXCLUSIVAMENTE COMISSONADO

Observação da Corregedoria: a servidora Patrícia Flores Leão Ferreira Alves estava de licença maternidade. Retornou por volta do dia 28/08/2023.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

QUADRO FUNCIONAL TOTAL DA UNIDADE:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	4
Exclusivamente comissionados	1
Cedidos(as)/Requisitados(as)	1
Estagiários(as)	2
Terceirizados(as)	0

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 TLP 1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro Grau e Segundo Grau
 2º Semestre - 2022

Grau	Tipo	Unidade	UF	Município (BOE)	UP - Lotação Paradigma	EFETIVOS LR_IME	INDETERMINADA LR_I	SERVIDORES SEM VÍNCULO APENAS COM CARGO EM COMISSÃO (R_SV)	QUANTIDADE DE SERVIDORES EM ABRIL DE 2023								TOTAL DE EFETIVOS EM CARGO DE COMISSÃO	EFETIVOS COM FUNÇÃO DE CONFIANÇA		TOTAL DE EFETIVOS EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA	
									CS0	CS1	CS2	CS3	CS4	CS5	CS6	CS7		CS8	FG1		FG2
Primeiro	Voto		PA					1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Primeiro	Voto		PA					1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Primeiro	Voto		PA					1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Primeiro	Voto		PA					1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Primeiro	Voto		PA					0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Primeiro	Voto		PA					1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Primeiro	Voto	II VARA CRIMINAL DE MARABÁ	PA	150200		5	4	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MARABÁ 1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

IPS - Índice de Produtividade do Servidor

4 Servidores em Secretária

1 Servidores em Gabinete

1 Servidores Afastados

28 Índice de Produtividade do Servidor

138 Processos Baixados

5 Servidor(es)

Lista de servidor(es) lotados na Unidade

MATRICULA	NOME	CARGO	VÍNCULO	TIPO CNU
55658	RONALD CABRERO ALEXANDRE	Analista Judiciário	Eletivo	TP988
83802	LUCILEIA MATEUS MATEUS	Analista Judiciário	Eletivo	TP988
110207	RAFAEL ALVES DE MATEUS	Analista Judiciário - Ciências Contábeis	Eletivo	TP988
121070	SABER LUCIANA SILVA MACHADO	Analista Judiciário - Área Judiciária	Eletivo	TP988 - Férias 11/09/2023
146567	PATRICIA FLORES LEAO FERREIRA ALVES		Inclusivamente Comissionado	TP97
10396	RENATA FERREIRA RODRIGUES	Recepcionista - Nivel Medio	Recepcionista - Prefeitura	111

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? Quais as metas estabelecidas? (anexar planilha dos últimos 03 meses)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Anotação da Unidade: Não.

2.3. Como é feito o controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial?

Anotação da Unidade: Na secretaria o controle acontece de acordo com a demanda de metas diárias definidas.

No gabinete há uma meta de sentenças estabelecidas pela Magistrada que acompanha semanalmente e para decisões e despachos é acompanhado a produção diária.

NOME DO SERVIDOR	DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
<input type="checkbox"/> RARREL ALVES DE MATOS	RARREL ALVES DE MATOS	4.041	9.015	2.307
<input type="checkbox"/> LAUDICIA BATISTA MATOS	LAUDICIA BATISTA MATOS	3.140	1.653	1.156
<input type="checkbox"/> JONAS CARNEIRO ALEXANDRE	JONAS CARNEIRO ALEXANDRE	719	754	338
<input type="checkbox"/> KARLA FERREIRA JADEJICKI	KARLA FERREIRA JADEJICKI	685	1.679	576
<input type="checkbox"/> VANIA LUCIA DA SILVA NASCIMENTO	VANIA LUCIA DA SILVA NASCIMENTO	380	717	289
Total		8.964	13.258	3.222

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais porventura identificados na última correição tanto do Gabinete quanto da Secretaria? Qual a última movimentação do expediente?

Anotação da Unidade: Sim, a última movimentação foi o encaminhamento para ciência da magistrada quanto à manifestação da engenharia. TJPA-MEM-2021/35950-G.

Observação da Corregedoria: Na última correição feita pela CGJ, foi reportado o mau cheiro da carceragem pela Magistrada. Continua o mau cheiro na carceragem, comprando a magistrada os produtos, pois se trata de um problema de localização da carceragem.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

Data da coleta de dados pela Unidade: 31/08/2023

Dados processuais	Total no período do preenchimento do questionário	Total na data da Inspeção (11/09/2023)
Total de processos que compõem o acervo ativo	2.724	2.912
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	1.154	1.150
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	3.878	4.062
Total do acervo com prioridade	571	577
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	969	1.056
Total de processos conclusos para o(a) magistrado (a)	772	779
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	397	410
Total de processos envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	70	67



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Total de processos julgados e não baixados	247	244
--	-----	-----

Assinaturas: Nenhum resultado

Minhas tarefas: Nenhum resultado

Tarefas:

Filtros	
Migração do sistema LIBRA	535
Processo com prazo em curso	4
[CRIM] Aguardando apreciação pela Instância superior	174
[CRIM] Aguardando inquérito	1
[CRIM] Aguardando prazo	633
[CRIM] Aguardar realização de audiência	29
[CRIM] Arquivar processo	771
[CRIM] Arquivo provisório	44

PJe Secretaria

Assinaturas: Nenhum resultado

Minhas tarefas: Nenhum resultado

Tarefas:

Filtros	
Migração do sistema LIBRA	535
[CRIM] Aguardar realização de audiência	28
[CRIM] Confirmar ato de decisão	158
[CRIM] Confirmar ato de despacho	3
[CRIM] Confirmar ato de julgamento	12
[CRIM] Designação de audiência	64
[CRIM] Mutuar ato de acordo de não-persecução penal	22
[CRIM] Mutuar ato de decisão inicial	3

PJe Gabinete.

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária (entrada de feitos/distribuição/redistribuição)*

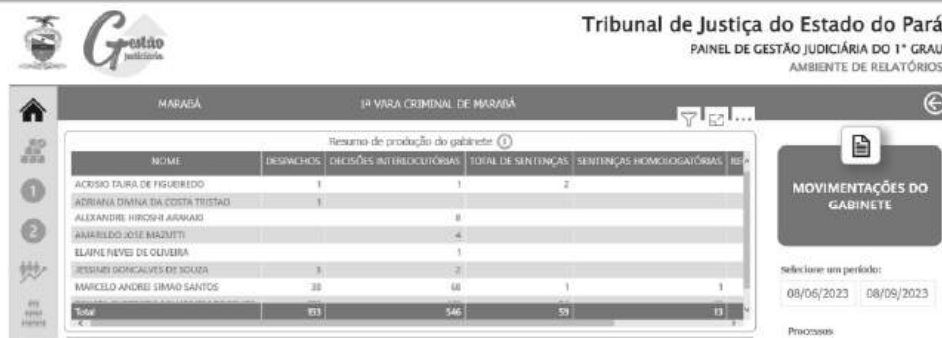


PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

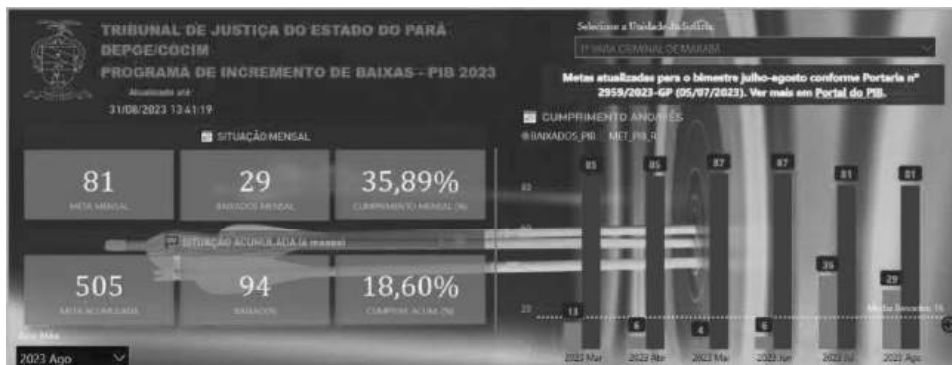
Processos judiciais	Quantidade
Total de processos distribuídos e redistribuídos	255
Total de processos julgados	68
Total de processos baixados definitivamente do acervo	70



Casos novos.



Produtividade dos Juízes.



Painel do PIB.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

4.3. PRODUTIVIDADE DOS(AS) MAGISTRADOS(AS) NOS ÚLTIMO 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária/identificar a produtividade individualizada por magistrado que tenha atuado na Unidade no período*

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

Resumo de produção do gabinete

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTORIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATORIAS	RECURSOS INTERMEDIÁRIOS JULGADOS
ADRIANA DIVINA DA COSTA TRISTAO	1				
ALEXANDRE HIROSHI ARAKAWA		8			
AMARILDO JOSE MAZUTTI		4			
ELAINE NEVES DE OLIVEIRA		1			
JESSINEI GONCALVES DE SOUZA	3	2			
MARCELO ANDREI SIMAO SANTOS	38	68	1		1
RENATA GUERRERO MILHOMEM DE SOUZA	150	462	54		12
Total	193	540	60		13

MOVIMENTAÇÕES DO GABINETE

selecione um período: 08/06/2023 08/09/2023

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTORIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATORIAS	RECURSOS INTERMEDIÁRIOS JULGADOS
ACRISIO TAIRA DE FIGUEIREDO	1		1	2	
ADRIANA DIVINA DA COSTA TRISTAO	1				
ALEXANDRE HIROSHI ARAKAWA		8			
AMARILDO JOSE MAZUTTI		4			
ELAINE NEVES DE OLIVEIRA		1			
JESSINEI GONCALVES DE SOUZA	3	2			
MARCELO ANDREI SIMAO SANTOS	38	68	1		1
RENATA GUERRERO MILHOMEM DE SOUZA	150	462	54		12
Total	193	540	60		13

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na Unidade? Em caso positivo, anexar cópia.

Anotação da Unidade: Magistrada e Diretor de Secretaria.

Observação da CGJ: A Magistrada informou que fez um curso de gestão junto com o Diretor de Secretaria e verificaram que trabalhando na meta 2, conseguem alcançar a meta 1.

O Diretor de Secretaria reportou que na redistribuição de competência devia ser feito a verificação da lotação paradigma. Foi reportado pela Magistrada que já fez pedido para encaminhar novo servidor para a Unidade.

TJPA-MEM 2023/31907, TJPA-MEM 2023/11834, TJPA-MEM 2023/05999
revisão de lotação paradigma e lotação de servidor.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Sobre o fluxo processual assinala as etapas que são operacionalizadas:

- a. (X) Fluxo processual: triagem, conferência e correção de cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. (X) Conferencia e registro de todas as informações de todos(as) os(as) réus(rés) (*nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, RG e último endereço*)
- c. (X) Análise, controle e tempo médio para análise de processos vindos do Gabinete;
- d. (X) Movimentação processual;
- e. (X) Elaboração de minutas e revisão;
- f. (X) Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- g. (X) Gestão do acervo: são controlados os prazos de vencimento de benefícios?
- h. (X) Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da



denúncia

i. (X) Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba "Informações Criminais"

6.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? *(Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)*

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: Não há fluxo específico para o recebimento de informações sobre as investigações criminais. A Unidade tem conhecimento quando adentra no fluxo do PJE com as distribuições dos IPLS, dos autos de prisões em flagrante e das investigações oriundas do Ministério Público.

6.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta "Balcão Virtual"? *(Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)*

Anotação da Unidade: Presencial, e-mail, telefone fixo, telefone celular, malote digital e balcão virtual.

Observação da Corregedoria: Em contato realizado pela Corregedoria nos dias que antecederam a inspeção, a Unidade prestou atendimento satisfatório pelo Balcão Virtual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

6.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação do nome do preso, número do processo, data da prisão, número do Infopen, local da custódia e data a última decisão revisora da manutenção da prisão)*

Anotação da Unidade: 51 presos provisórios, sendo controlados com a etiqueta de PRESO.

Observação da Corregedoria: No dia da inspeção havia 52 presos provisórios, conforme listagem de presos da Vara. A Vara tem um bom controle das etiquetas. Na parte minhas tarefas estão as tarefas favoritas da Unidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Rafael Matos

★ Minhas tarefas	Tarefas
Filtros	Filtros
Processo com prazo em curso 3	Migração do sistema LIBRA 535
[CRIM] Aguardando apreciação pela Instância superior 46	Processo com prazo em curso 4
[CRIM] Aguardando inquérito 1	[CRIM] Aguardando apreciação pela Instância superior 174
[CRIM] Aguardando prazo 96	[CRIM] Aguardando inquérito 1
[CRIM] Aguardar realização de audiência 27	[CRIM] Aguardando prazo 631
[CRIM] Arquivar processo 341	[CRIM] Aguardar realização de audiência 29
[CRIM] Confirmar ato de decisão 36	[CRIM] Arquivar processo 771
[CRIM] Confirmar ato de despacho 3	[CRIM] Arquivo provisório 44
[CRIM] Confirmar ato de julgamento 1	[CRIM] Confirmar ato de decisão 168
[CRIM] Cumprir ato proferido de decisão 22	[CRIM] Confirmar ato de despacho 3
[CRIM] Cumprir ato proferido de despacho 13	[CRIM] Confirmar ato de julgamento 12
[CRIM] Designação de audiência 63	[CRIM] Cumprir ato proferido de decisão 59
[CRIM] Minutar ato de acordo de não-persecução penal 1	[CRIM] Cumprir ato proferido de despacho 56
[CRIM] Minutar ato de decisão inicial 2	[CRIM] Designação de audiência 64
[CRIM] Minutar ato de decisão 169	[CRIM] Minutar ato de acordo de não-persecução penal 22
[CRIM] Minutar ato de despacho 18	[CRIM] Minutar ato de decisão inicial 3
[CRIM] Minutar ato de julgamento 15	[CRIM] Minutar ato de decisão 661
[CRIM] Preparar ato de comunicação simplificado criminal 12	[CRIM] Minutar ato de despacho 113
[CRIM] Preparar comunicação 1	[CRIM] Minutar ato de julgamento 135
[CRIM] Processo suspenso 3	[CRIM] Preparar ato de comunicação simplificado criminal 13
[CRIM] Redistribuir eletronicamente 2	[CRIM] Preparar comunicação 91
[CRIM] Verificar manifestação 42	[CRIM] Processo suspenso 164
[CRIM] Verificar providência a adotar 3	[CRIM] Recebimento de Instância superior 2
	[CRIM] Redistribuir eletronicamente 194
	[CRIM] Verificar manifestação 88
	[CRIM] Verificar providência a adotar 764



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

A screenshot of a software interface titled "P.J.J." (Processos Judiciais). The interface displays a list of processes in a grid format. The columns include "Processo", "Status", and "Data". The list is organized into several sections, likely representing different judicial units or types of cases. The processes are numbered and their status is indicated by small icons or text next to them.

6.5. Há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias? (Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). **É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?** (artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)

Anotação da Unidade: Sim, em especial os processos envolvendo presos relativos a crimes do Tribunal do Júri.

Observação da Corregedoria: Existe em média 30 processos de réus presos



tramitando há mais de 180 dias, conforme listagem de presos da Vara.

6.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento?

(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da prisão e o julgamento)

Anotação da Unidade: Crimes singulares: 90 dias – Crimes do Tribunal do Júri: 1 ano.

6.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP?

Anotação da Unidade: Não se aplica.

Observação da Corregedoria: A VEP é quem faz a inspeção.

7. MANDADOS/CENTRAL DE MANDADOS/CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

Anotação da Unidade: A Comarca possui central de mandados.

7.2. Há efetivo controle pela Secretaria sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos(as) oficiais(las) de justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade? Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados?

Anotação da Unidade: Mensalmente, consultado os processos com prazo em curso.

Observação da Corregedoria: na data da inspeção havia **89** mandados pendentes de devolução.

7.3. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Anotação da Unidade: Sim.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMARCA DE MARABÁ – SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL
1crimmaraba@tjpa.jus.br; (94) 3312-7808; (91) 98010-1231.

MANDADO DE CITAÇÃO

PROCESSO N.º #{processoTrfHome.instance.numeroProcesso}
#{processoTrfHome.instance.classeJudicial}
- #{processoTrfHome.instance.assuntoTrfListStr}
#{processoTrfHome.processoPartePoloPassivoSemAdvogadoStr}

RÉU PRESO XXXXXXXXXXXXXXXX

A Exma. Sra. **Renata Guerreiro Milhomem de Souza, Juíza de Direito titular da 1ª Vara Criminal de Marabá**, no uso de suas atribuições legais, etc.

MANDA ao Oficial de Justiça, deste Juízo, a quem este for apresentado, bem como estando devidamente assinado, que em seu cumprimento **CITE-SE:**

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, residente na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - Marabá/PA, atualmente custodiado no CTMM.

FINALIDADES:

Para que tome(m) **ciência da denúncia oferecida pelo Ministério Público, bem como para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta à acusação**, conforme art. 396-A do CPP, redação dada pela Lei 11.719/2008.

Na oportunidade da citação o oficial de justiça deverá **perguntar ao denunciado se este necessita da designação de membro da DEFENSORIA PÚBLICA para atuar em sua defesa**, devendo ainda **registrar em sua certidão o E-MAIL E NÚMERO DE CELULAR do acusado**, ressaltando que a não apresentação da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

resposta no prazo legal, ensejará na nomeação da Defensoria Pública para tanto, devendo observar igual prazo para apresentação da respectiva resposta, nos moldes dos arts. 396-A, § 2º do CPP.

Considerando a possibilidade da sentença ao final prolatada estabelecer valor mínimo à reparação dos danos causados pela infração, de acordo com o que preceitua o artigo 387, IV do CPP, fica o acusado desde já citado para apresentar sua defesa a respeito do tema.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Marabá, aos #{dataAtual}. Eu, #{usuarioLogado.nome}, digitei e subscrevi.

#{usuarioLogado.nome}
Servidor da 1ª Vara Criminal de Marabá

7.4. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da Secretaria (vide Ofício Circular nº 19/2023-CGJ).

Anotação da Unidade: A cada 60 (sessenta) dias.

The screenshot displays the PJe system interface. At the top, there is a form for creating a communication. The form includes fields for 'Processo' (Process), 'Nome do destinatário' (Recipient Name), 'CPF/CPNJ' (CPF/CNPJ), 'Data de criação' (Creation Date), 'Data de prazo final' (Final Deadline Date), 'Melo de comunicação' (Communication Method), 'Classe judicial' (Judicial Class), 'Assunto' (Subject), and 'Tipo de documento' (Document Type). Below the form, there are several checkboxes for status and tracking, such as 'Perícia (03)', 'Sem registro de intimação (0)', 'Confirmada pelo destinatário e dentro do prazo (12)', 'Confirmado pelo PJe e dentro do prazo (3)', 'Prazo encerrado nos últimos 10 dias (0)', and 'Sem prazo (0)'. At the bottom, there is a table with columns for 'Processo', 'Destinatário', 'Melo de comunicação', 'Data de criação', 'Prazo final', and 'Ações'. The table contains four rows of data representing pending communications.

Processo	Destinatário	Melo de comunicação	Data de criação	Prazo final	Ações
0802051-72/2020.8.14.0028	JOAO PEDRO CRUZ NASCIMENTO	Central de Mandados	09/10/21 10:54		[E] [D] [U]
0001121-17/2020.8.14.0028	MARCELO DA SILVA CARVALHO	Central de Mandados	07/02/22 10:46		[E] [D] [U]
0802413-33/2022.8.14.0028	ELCIO PHILIPPE AQUAR COSTA	Central de Mandados	01/06/22 11:29		[E] [D] [U]
0802988-80/2022.8.14.0028	MAURY DE MORAES NASCIMENTO	Central de Mandados	03/08/22 09:24		[E] [D] [U]

Observação da Corregedoria: Identificou-se 03 (três) mandados expedidos anteriormente a 30/07/2022 pendentes de depuração.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

7.5 Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Anotação da Unidade: Entre 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias.

7.6. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: A Unidade só possui a etiqueta “CARTA PRECATÓRIA”, porém eles favoritam as tarefas e fazem o controle das cartas pelas tarefas, entretanto não há controle sobre as cartas precatórias expedidas. Fazem a busca manual nos processos.





7.7. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

Anotação da Unidade: Não.

Observação da Corregedoria: Feita análise por amostragem de duas cartas precatórias, **0809709-72.2023.8.14.0028**. Carta Precatória de 1ª Vara Criminal de Belém - PA. Distribuída em 29/06/2023. Finalidade: Notificação de testemunha para participar de audiência virtual no dia 28/09/2023. Mandado expedido em 13/07/2023. Aguardando cumprimento pelo Oficial de Justiça.

0800229-70.2023.814.0028. Carta Precatória de 2ª Escrivania de Augustinópolis - TO. Distribuída em 11/01/2023. Finalidade: Notificação de testemunhas a comparecerem no Fórum de Augustinópolis - TO para audiência de oitiva de testemunhas no dia 03/04/2023. Testemunha intimada. Devolvida em 27/03/2023. Aguardando análise final do Diretor de Secretaria para proceder ao arquivamento.

Observou-se que estão com tramitação regular.

8. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIIS E PRISÕES – BNMP:

8.1. A Unidade observa os termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça com relação à expedição de documentos no BNMP? A Unidade realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? Os dados relacionados aos presos provisórios, procurados, réus beneficiados com alvará de soltura, possíveis RJI's duplicados e óbitos e se encontram devidamente regulares no BNMP?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

– (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Anotação da Unidade: Todas as movimentações são feitas diretamente no BNMP.

Observação da Corregedoria: Está diferente o número de presos provisórios da Unidade, que constam no controle de 52 presos provisórios. Enquanto no BNMP, tem 43 presos provisórios. No BNMP há 297 procurados. Em análise por amostragem na lista de procurados extraída do BNMP, consta o processo nº 0007174-34.2008.8.14.0028.01.0002-06 - Tráfico de Drogas, com mandado de prisão ativo em desfavor do réu José Alves de Almeida, porém após consulta ao processo, verifica-se que o réu faleceu no ano de 2010, o que demonstra a existência de incongruências no sistema que precisam ser depuradas.

8.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Anotação da Unidade: Sim.

8.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de



desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ, de 20/09/2021?

Anotação da Unidade: Sim.

8.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Anotação da Unidade: Consulta o BNMP.

8.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Anotação da Unidade: Não houve casos.

9. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

9.1. De que forma é realizado/identificado o controle dos prazos prescricionais nos processos em tramitação na Unidade, de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? (Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)

Anotação da Unidade: Feita diariamente com a movimentação processual.

Observação da Corregedoria: a Unidade não utiliza etiquetas de prescrição por ano/mês.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



9.2 Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal, para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? (Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)

Anotação da Unidade: 31/08/2023.

Observação da Corregedoria: 000018-35.1984.8.14.0028. Homicídio qualificado. Decisão de acautelamento dos autos em Secretaria até o cumprimento do mandado de prisão, prescrição da pretensão punitiva ou algum requerimento das partes: 15/09/2011. Decisão de suspensão processual no sistema Libra de maneira correta. Aguardar em arquivo temporário: 13/07/2021. Declinação de competência para a 1ª Vara Criminal de Marabá: 25/01/2023. Não há informação nos autos de adoção do Provimento nº 15/2009-CJRMB.

0000113-84.1992.8.14.0028. Homicídio qualificado. Decisão de acautelamento dos autos em Cartório até o cumprimento do mandado de prisão e sua intimação pessoal: 21/09/2011. Declinação de competência para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

a 1ª Vara Criminal de Marabá: 17/01/2023. Não há informação nos autos de adoção do Provimento nº 15/2009-CJRMB.

Observa-se, portanto, que há necessidade de elaboração de plano de trabalho para verificação de todos os processos suspensos da Unidade.

9.3. Em processos que se encontravam suspensos, a Unidade observa o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJEOR n. 0002009-73.2.00.0814)

Anotação da Unidade: Sim, movimento 12066.

Observação da Corregedoria: O Diretor de Secretaria informou que a retirada da suspensão é feita na Secretaria e após encaminhado ao gabinete que no despacho/decisão, retira a condição de suspensão.

10. BENS APREENDIDOS:

10.1. De que forma a Unidade realiza identificação no PJE dos processos que possuem bens apreendidos vinculados?

Anotação da Unidade: Etiqueta.

Observação da Corregedoria: a Unidade, da mesma forma que faz com as demais etiquetas, as favoritam e fazem o controle pelas tarefas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



10.2. Há passivo de bens que foram cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) em que há pendência de registro de sua destinação (destruição/devolução/perdimento/etc.), após eventuais providências determinadas pelo(a) magistrado(a) nos autos criminais, em cumprimento ao Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI (Ofício circular n. 54/2022-CGJ)? A Unidade está realizando o cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022? Os servidores da Unidade realizaram o curso de capacitação disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Anotação da Unidade: Sem pendências. Ainda não houve efetivo suficiente para promover o cadastramento no novo sistema.

Observação da Corregedoria: O Diretor de Secretaria informou que o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

controle de bens era feito pelo Libra e após a migração ao sistema PJe, continuaram a cadastrar os bens, porém o sistema não emite relatório. Por isso não têm listagem dos bens. No SNGB ainda não foi cadastrado nenhum bem pela Vara.

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Bens Apreendidos

Usuário: [nome]

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato Manual Voltar Sair

Pesquisar Bens

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

1º GRAU - TJPA

Comarca: MARABA

Varas e Juizados Estaduais: 1ª VARA CRIMINAL DE MARABA

Bem Apreendido: Todos:

Destinação do Bem: Todas:

Descrição Complementar do Bem:

Pesquisar Imprimir Imprimir Detalhado

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Armas e acessórios	Acessórios	1	-	00189224820178140028
Moeda em Espécie	REAL	1	155,00	00033023320198140028
Moeda em Espécie	REAL	1	30,00	00173029820178140028
Moeda em Espécie	REAL	1	40,00	00202510520178140028
Veículos Automotores	NÃO CLASSIFICADO	1	45.083,00	00022790920118140028
Veículos Automotores	MOTOCICLETA	1	2.500,00	00189224820178140028
Veículos Automotores	MOTOCICLETA	1	3.000,00	00189865820178140028

Número de registros: 7

Página 1 de 1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Bens Apreendidos

Usuário: _____

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato Manual Voltar Sair

Pesquisar Bens

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

1º GRAU - TJPA

Comarca: MARABÁ

Varas e Juizados Estaduais: 1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

Bem Apreendido: Todos

Destinação do Bem: A Definir

Descrição Complementar do Bem:

Pesquisar Imprimir Imprimir Detalhado

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Armas e acessórios	Acessórios	1	-	00189224820178140028
Moeda em Espécie	REAL	1	155,00	00033023320198140028
Veículos Automotores	NÃO CLASSIFICADO	1	45.083,00	00022790920118140028
Veículos Automotores	MOTOCICLETA	1	2.506,00	00189224820178140028
Veículos Automotores	MOTOCICLETA	1	3.000,00	00189865820178140028

Numero de registros: 5

Página 1 de 1

Observação da Corregedoria: No SNBA a Unidade possui apenas 07 (sete) bens cadastrados, sendo 5 com situação "a definir".

11. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

11.1. Consultando o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Gabinete restou constatado processos com etiqueta de prioridade?

Anotação da Unidade: Sim, 70.



Observação da Corregedoria: Não foi encontrado no PJe a etiqueta de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

prioridade. Os servidores da Vara informaram que o controle é feito pela prioridade em si, por exemplo, prioridade idoso, se cria a etiqueta idoso, porém a etiqueta "IDOSO" também não foi localizada no PJe. Não sabem informar o número de processos com prioridade tramitando na Vara. Conseguem somente fazendo busca manual.

11.2. Qual o controle estabelecido dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Anotação da Unidade: A análise é realizada tão logo possível pelas analistas e magistrada, observando a prioridade legal. O gabinete utiliza etiquetas e filtros para individualizar esses processos.

12. DAS AUDIÊNCIAS: últimos 3 meses

12. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

Anotação da Unidade: Sim.

Observação da Corregedoria: As audiências são feitas de forma presencial. Mas, ainda, tem algumas audiências híbridas. Exemplo: Processo n.º 0803536-372020.814.0028(audiência híbrida)

12.1. Com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida. No processo em que ocorreu audiência não presencial consta pleito das partes ou do Ministério Público?

Anotação da Unidade: A magistrada realizada todas presencialmente do fórum, via de regra com a presença do Ministério Público, Defesa e testemunhas. Eventualmente, alguma vítima ou testemunha é ouvida por



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

videoconferência.

12.2. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB?
(Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)

Anotação da Unidade: Sim.

12.3. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

Anotação da Unidade: 28/08/2023.

Observação da Corregedoria: 04/09/2023, processo n.º 0813959-51.2023.814.0028

12.4. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

Anotação da Unidade: 25

Observação da Corregedoria: As audiências de réus soltos estão marcadas para 20/02/2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

Anotação da Unidade: 27/09/2023.

Observação da Corregedoria: Para 04/10/2023 no dia da inspeção.

13. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:

13.1 Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?

Anotação da Unidade: 12.

Observação da CGJ: As sessões do Júri são realizadas todas as quintas-feiras, um júri por semana. Fazendo-se uma pesquisa no acervo ativo da Unidade com a variável de crimes do tribunal do júri, o resultado foi de 1316 processos em andamento. Há necessidade de depuração dos dados, pois ainda constam inquéritos policiais, pedido de quebra de sigilo de dados telefônicos, cautelar inominada criminal, entre outros, que ainda constam como ativos. A Unidade informou que estabeleceu um plano de trabalho e acredita que até dezembro/2023 estará com esse saneamento concluído, pois receberam vários processos sem o devido cadastramento no sistema, com



pendências.

13.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?

Anotação da Unidade: 9 realizadas e 3 redesignadas.

**13.3 Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri?
Listar processos nesta situação.**

Anotação da Unidade: A unidade recebeu o acervo a partir de dezembro de 2022, pois não detinha essa competência. Os processos estão sendo identificados e a sessão de julgamento é designada no momento em que são manuseados e analisados.

Observação da CGJ: A Magistrada informou que precisa fazer uma triagem com cautela desses processos, pois já ocorreu do júri estar designado e a mídia não constar dos autos.

14. EXECUÇÃO PENAL: NÃO SE APLICA.

15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial pela Corregedoria Geral e pelo magistrado/magistrada da Unidade. Qual o número de registro dos relatórios no sistema PJECOR?

Anotação da Unidade: Correição interna, em 21/03/2023 (0001431-76.2023.2.00.0814). Correição pela Corregedoria Geral, em 05 a 06 de julho de 2021 (0003114-22.2021.2.00.0814)

15.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral que não foram

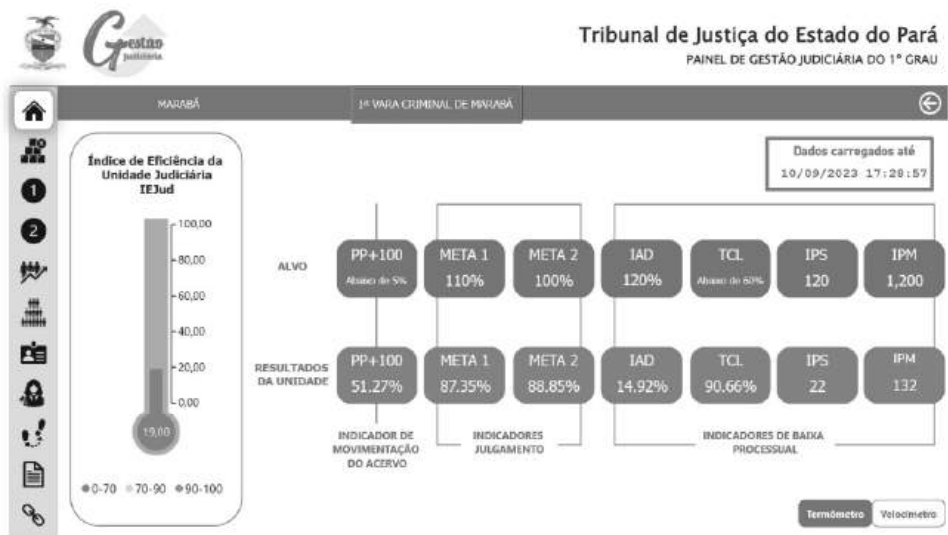


PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

integralmente cumpridas? Quais?

Anotação da Unidade: As recomendações foram cumpridas e informadas no procedimento PJE/COR 0003114-22.2021.2.00.0814.

16. DADOS ESTATÍSTICOS:



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MARABÁ 1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE
00000017000190140028	2019	220	EM ANDAMENTO	FEIG	202 Ação Penal
00000182620150140028	2015	227	JULGADO	FEIG	203 Ação Penal
00000154420009140028	2008	306	EM ANDAMENTO	FEIG	203 Ação Penal
00000232020025140028	2005	295	JULGADO	FEIG	203 Ação Penal
00000208620028140028	2002	225	EM ANDAMENTO	FEIG	279 INQUÉRITO
00000294620028140028	2020	230	EM ANDAMENTO	FEIG	202 Ação Penal
00000525202140140028	2014	531	JULGADO	FEIG	203 Ação Penal
00000222100070140028	2007	261	JULGADO	FEIG	203 Ação Penal
00000209200120140028	2012	229	EM ANDAMENTO	FEIG	279 INQUÉRITO
00000351006190140028	2013	345	EM ANDAMENTO	FEIG	203 Ação Penal
000001716720048140028	2004	234	JULGADO	FEIG	202 Ação Penal
000001721830048140028	2004	306	EM ANDAMENTO	FEIG	203 Ação Penal
000001781020140140028	2014	397	EM ANDAMENTO	FEIG	279 INQUÉRITO
000001787820128140028	2012	235	JULGADO	FEIG	202 Ação Penal
000001965120020140028	2002	234	EM ANDAMENTO	FEIG	202 Ação Penal
00000265520028140028	2020	187	EM ANDAMENTO	FEIG	11955 Cautelar Ind
00000341420128140028	2012	140	EM ANDAMENTO	FEIG	202 Ação Penal
0000024420190140028	2019	343	EM ANDAMENTO	FEIG	203 Ação Penal
000002674920028140028	2005	207	EM ANDAMENTO	FEIG	202 Ação Penal

PP+100 - Processos Paralisados há mais de 100 dias: 51,27% Paralisados +100 dias

1.493 Acervo Paralisado

2.912 Acervo Ativo

Em Gabinete (S: sim; N: não): Todos

Gratuidade (S: sim; N: não): Todos

Sigilo (S: sim; N: não): Todos

Jeito 100% Digital (S: sim; N: não): Todos

Prioridade (S: sim; N: não): Todos

Número do processo: Todos



17. CONCLUSÃO:

A comarca de Marabá é classificada como comarca de 2ª entrância, compondo o 9º Pólo e a 11ª Região Judiciária.

A 1ª Vara Criminal da Comarca de Marabá foi incluída no calendário de inspeções da Corregedoria Geral de Justiça para o biênio 2023/2025 por meio do Edital nº 009/2023-CGJ, de 02/08/2023, tendo por Juíza Titular a Exmª Srª Renata Guerreiro Milhomem de Souza, desde 09/02/2017 e Diretor de Secretaria o servidor Rafael Alves de Matos, Diretor de Secretaria desde 01/07/2015.

A última correição realizada pela Corregedoria Geral de Justiça na Unidade ocorreu no período de 05 a 06 de julho de 2021 pela então Corregedora Geral de Justiça, Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha e o relatório final foi registrado nos autos do processo PJEOR nº 0003114-22.2021.2.00.0814. A Vara é composta por quatro servidores em secretaria e dois servidores em gabinete, com uma Magistrada titular que se encontra na Unidade desde 2017.

Com a edição da resolução 28/2022, a Vara recebeu parte do acervo que tramitava na antiga 3ª Vara Criminal de Marabá. Apesar, do recebimento do acervo da antiga 3ª Vara Criminal de Marabá não ocorreu a mudança da lotação paradigma, o que implicou no recebimento de mais processos, com poucos servidores na Unidade, conforme reportado pela Magistrada.

A Unidade é a mais antiga de Marabá, conseqüentemente com um acervo, ainda, de processos antigos, muitos suspensos pelo art. 366 do CPP.

A Magistrada reportou que em decorrência da resolução retro mencionada, receberam processos apenas com a papeleta da distribuição, e os processos foram devolvidos para a Vara de Violência Doméstica para que cumprissem com a nota técnica que dispõe sobre como esses processos devem estar instruídos, após, consulta da Magistrada à CGJ. Receberam, ainda, muitos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

processos que demandam a retificação da classe de autuação, o que enseja mais trabalho dos servidores da Unidade. Registre-se que há na Unidade 535 processos migrados para conferência, e que não entraram no fluxo. E, há na caixa "verificar providências a adotar" 765 referentes a processos que foram redistribuídos pela antiga 3ª Vara Criminal de Marabá. Foi feito um plano de trabalho pela Magistrada e Diretor de Secretaria para que até dezembro de 2023 seja feita essa conferência

Por ocasião da inspeção, a Unidade verificou a padronização de algumas etiquetas, com o apoio da servidora da CGJ, Noemy Eminny Penha Carvalho, utilizando filtros no PJE para separar as ações de crimes de trânsito para que fossem remetidas ao gabinete para declínio de competência diante da resolução 28/2022. Foram um total de 182 processos movimentados e decididos durante a inspeção.

E, ainda, na tarefa **Migração do Sistema Libra**, foram localizados 48 processos com a Classe "Inquérito Policial" dos quais 47 já estão etiquetados como "Falta retificar". Não foram localizados nesta tarefa processo de Carta Precatória.

A Magistrada e o Diretor de Secretaria estabeleceram metas para os servidores do gabinete e da secretaria com o objetivo de diminuir o número de processos paralisados há mais de cem dias, e cumprimento das metas.

A Magistrada e o Diretor de Secretaria fizeram um curso de gestão e estão focando no cumprimento da META 2, para cumprir a meta 1 também.

A Unidade demanda um novo servidor em decorrência do acervo recebido, conforme siga-doc encaminhados pela Magistrada.

A Unidade deve observar o cadastramento dos bens no SNGB, e a destinação dos bens no SNBA. A unidade precisa observar o Provimento 02/2021-CGJ/CJCI, alterado pelo Provimento 03/20 da CGJ (de bens apreendidos), bem como utilizar o sistema SNGB. Assim como, monitorar diariamente o BNMP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

para que reflita a realidade da Vara.

Foi mostrada a página da CGJ, em que constam os provimentos, ofícios circulares, dicas da Corregedoria.

A Magistrada durante a inspeção solicitou a reavaliação da consulta para que as audiências de custódia decorrentes de mandado de prisão fossem realizadas pela outra Unidade, ou pelo menos distribuídas as custódias, protocolizando PJECOR n.º 0003562-24.2023.2.00.0814. E, ainda, que as ações penais referentes a lei antidrogas sejam redistribuídas para a 2ª Vara Criminal de Marabá, conforme pedido assinado por ambos os Magistrados das 1ª e 2ª Varas Criminais de Marabá, protocolizado sob o PJECOR n.º 0003561-39.2023.2.00.0814. Sugiro que seja encaminhado para DPGE para que seja instruído com o número de ações em trâmite referente a lei antidrogas.

Foi informado pelo Secretário do Fórum de Marabá que os equipamentos e aplicativos para as identificações civis e emissões de documentos às pessoas privadas de liberdade já estão instalados.

Registramos que todos os servidores e Magistrada dominam todos os sistemas, tratando-se de uma equipe bem comprometida com o trabalho, e que se colocou à disposição da equipe da Corregedoria para qualquer esclarecimento.

Registre-se que não há fluxo no PJE para o cumprimento de mandado de prisão cível decorrente de prisão em ação de alimentos. A Autoridade Policial cumpre os mandados e comunica pelo PJE como cumprimento "ordem de prisão", sendo distribuído à 1ª Vara Criminal que procede a retificação de classe, e encaminha à Vara Cível competente de Marabá, para realizar a audiência de custódia, sendo necessário estabelecer um fluxo específico no PJE para os cumprimentos de comunicação de ordem de prisão civil, a ser feito pela Secretaria de Informática.

O Diretor de Secretaria reportou que na redistribuição de competência devia ser feito a verificação da lotação paradigma. Já foi feito pedido de lotação de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

servidor e revisão de lotação paradigma pela Magistrada, por meio dos SIGA-DOC TJPA-MEM 2023/31907, TJPA-MEM 2023/11834, TJPA-MEM 2023/05999. Por ocasião da realização da inspeção, a Unidade possuía acervo de 4.062 processos, dos quais 2.912 se encontravam ativos e 1.154 suspensos, havendo 52 (cinquenta e dois) feitos envolvendo réus presos provisórios. Os processos paralisados há mais de 100 dias totalizavam 51,27% do acervo. No Painel de Gestão Judiciária a Unidade se encontrava com Índice de Eficiência da Unidade Judiciária – IEJud em 19,00, sinalizando a necessidade de incremento da Meta 1 e da baixa processual.

No dia 11/09/2023, a Corregedoria Geral intermediou a realização de workshops entre os servidores/magistrado da Unidade e a Assessora de Informática da Corregedoria Noemy Eminny Penha Carvalho, objetivando sanear dúvidas relacionadas às ferramentas do PJE modalidade criminal.

Registro que a Magistrada é excelente gestora de sua Unidade, juntamente com a equipe de servidores que também tem gestão, sendo todos comprometidos com o trabalho, sendo também conhecedores dos sistemas do Tribunal de Justiça.

A Unidade que teve a baixa do cumprimento das metas em decorrência do acervo recebido da antiga 3ª Vara Criminal de Marabá, e está se reestruturando para cumprir as metas e melhorar os índices da Unidade.

A Magistrada e os servidores se colocaram à disposição da equipe da Corregedoria Geral e contribuíram com todas as informações solicitadas.

18. FOTOS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



Secretaria da Vara.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



Depósito bens apreendidos.



Depósito bens apreendidos (É um local único para todos os bens que, ainda, está apreendidos no fórum)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



Bens apreendidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



Bens apreendidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



Antessala ao depósito de bens apreendidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



Entrada depósito de bens apreendidos.

19. ANEXOS:

1. Plano de ação de cumprimento das metas nacionais.
2. Relatório de presos provisórios.
3. Relatório de procurados extraídos do BNMP.
4. Relatório de fiscalização das custas judiciais.
5. Relatório de metas de baixas – processos novos.
6. Relatório sintético das subcontas judiciais.
7. Ofício conjunto nº 001/2023-1VCRIM_2VCRIM solicitando alteração de competência da 1ª e 2ª Varas Criminais.
8. Ofício Gabinete nº 056/2023 solicitando que as audiências de custódia decorrentes dos comunicados de cumprimento dos mandados de prisão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

expedidos por outras comarcas, sejam distribuídos entre a 1ª e 2ª Varas Criminais de Marabá e os comunicados de cumprimento dos mandados de recaptura sejam distribuídos exclusivamente à VEP/Marabá.

É o relatório que submetemos à elevada apreciação do Exmo. Sr. Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Junior, Corregedor Geral de Justiça para análise e considerações.

Belém, Pa, 12 de setembro de 2023.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH
OLEGARIO:7919

Assinado de forma digital por ANA ANGELICA
ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Dados: 2023.09.22 11:44:43 -03'00'

Ana Angélica Abdulmassih Olegário
Juíza Corregedora

PAULO SERGIO OLIVEIRA:25062
OLEGARIO:25062

Assinado de forma digital por
PAULO SERGIO OLIVEIRA:25062
Dados: 2023.09.22 11:40:13
-03'00'

Paulo Sérgio Oliveira

Servidor da Corregedoria Geral de Justiça